

PALMAS: ***perfil ambiental e gestão urbana convergem para a sustentabilidade ambiental?***

Ms. Leonor Ferreira Bertone

Prof.^a Dr.^a Neli Aparecida de Mello

RESUMO

Este artigo estrutura-se na análise entre a gestão urbana e a questão ambiental; na identificação do perfil ambiental da cidade por meio da espacialização e análise das informações censitárias com as de funcionamento das instituições municipais e as de caráter programático dos cursos realizados. Objetiva, assim, destacar elementos de debate e demandas de intervenções identificadas pelos técnicos do município a serem desenvolvidas na gestão urbana e municipal.

Palavras chave: diagnóstico sócio-ambiental, gestão urbana e municipal, planejamento, cadastro, serviços públicos.

ABSTRACT

This paper has been organised with the analysis of urban management and environmental issues; identification of urban environment through spatialization and assessing census data with municipal institution working and scheduling of given courses. So it has sought to highlight issues and needs to intervention identified by Palmas municipal experts to be developed in urban and municipal management.

Key words: social and environmental diagnosis, urban and municipal management, planning, register, civil service.

Introdução

Palmas, a mais nova capital planejada de estado brasileiro, tem apenas 20 anos. Sua construção e consolidação foram fatores de forte atração sobre a população, desde trabalhadores braçais aos profissionais liberais; dos executivos aos políticos, de proprietários à população sem terra. Contando com as vantagens de sua juventude e do acompanhamento de todas as etapas de seu crescimento apresentadas aos gestores locais, a cidade investe em fortalecer a capacidade humana, técnica e operacional dos setores de planejamento e gestão territorial e urbana. Apesar destes esforços, a análise das condicionantes do perfil sócio ambiental da cidade apresenta demandas para novos investimentos. Este perfil foi construído por meio de informações estatísticas de elementos relacionados às condições de moradia, converge com os conteúdos programáticos de cursos oferecidos pela UnB, dentro do Programa Habitar Brasil/BID.

É preciso lembrar que a referência da criação de Palmas foi o mesmo propósito dos planos oficiais de uso do solo elaborados para Brasília no Distrito Federal, mas que embora sua área central tenha sido absolutamente planejada e controlada, no decorrer do processo de ocupação, seu crescimento periférico e cidades satélites escaparam ao controle administrativo, culminando por atropelar as ações de planejamento, com o surgimento de bairros, setores, condomínios espontâneos em áreas não previstas e comumente de preservação ambiental.

Peculiar em Palmas foi o discurso institucionalizado e veiculado pela mídia de que a cidade seria o “locus” por excelência da iniciativa privada e empresarial. Assim a cidade trabalha para criar infra-estruturas físicas para atrair os capitais dispostos a ali investirem.

A Interface Entre a Gestão Urbana e a Questão Ambiental

No país como um todo, o foco ambiental urbano evoluiu principalmente quanto ao saneamento básico. No entanto, desde 1972 quando da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, o posicionamento brasileiro advogava que a pior poluição era a pobreza, incitando as indústrias a se estabelecerem no Brasil onde teriam grandes riquezas naturais à disposição. Elementos desse discurso ainda hoje estão presentes, especialmente na difusão sobre as vantagens de Palmas.

Tradicionalmente no Brasil esta postura vigorou em toda a década de 70. Regeu condutas administrativas e governamentais, nas quais as ocorrências do descaso com o meio ambiente eram costumeiras. A abundância de recursos naturais e a ausência de políticas de controle ambiental foram consideradas como fatores de atração aos investimentos nos setores de mineração, química, construção naval, que já sofriam restrições nos países de origem.

O primeiro marco legal orientador relativo ao meio ambiente no Brasil foi a Lei nº 6.938 - lei da política nacional do meio ambiente – em 1981, que se referiu aos conceitos de meio ambiente, degradação, poluição, recursos ambientais; traçou objetivos políticos ambientais; instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente, o sistema de licenciamento, a responsabilidade do poluidor, entre outros. Esta lei é a que vigora até hoje como a viga mestra do Direito Ambiental no país.

Em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente, elaborou um dos relatórios mais completos concernente ao conhecimento do meio ambiente, e focalizou os principais problemas que afligem a humanidade em relação à degradação ambiental progressiva. Neste documento, o meio ambiente e desenvolvimento econômico são considerados interagentes e não constituem desafios separados, ou seja, os desgastes ambientais e os padrões de desenvolvimento econômico são indissociáveis, devendo ser tratados técnica e politicamente em conjunto. Por um outro ângulo, o documento traz o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir do qual se discute, desde então, experiências e modelos de desenvolvimento.

Com a nova ordem constitucional brasileira, instaurada em 1988, inseriu-se o novo conceito de desenvolvimento sustentável na carta máxima do país, que reza: - “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (caput do art. 225, capítulo Do Meio Ambiente da CF/88).

Reza também o Art. 170 da CF/88 que: “A ordem econômica e financeira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da defesa do meio ambiente” (grifo nosso).

Nos anos 90 diversos instrumentos legais começaram a imputar às empresas suas responsabilidades ambientais, respectivamente:

- a) a ordem constitucional estabeleceu um capítulo destacado para o meio ambiente atribuindo responsabilidades no âmbito civil, administrativo e penal às pessoas jurídicas;
- b) a competência para legislar em matéria de responsabilidade por dano ao meio ambiente é concorrente à União, Estados, Distrito federal e local em tudo que se refere ao Município, gerando uma vasta legislação federal, estadual e municipal, culminando com a lei federal de crimes ambientais que instituiu penas restritivas de direito como as multas penais e ainda as multas administrativas pesadas que antes eram irrisórias;
- c) a prática do liberalismo e de qualidade total difundida pelo governo Collor e a preparação e realização da Conferência da UNCED.

Em 1992, a Comunidade Internacional aprovou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, a mais consensual, extensa e detalhada “cartilha”, a AGENDA 21. Em realidade, um plano de ação com o objetivo de resolver o dilema da relação entre o homem e a natureza, bem como resolver o paradoxo da coexistência do maior progresso técnico com a

mais retrógrada miséria. A espinha dorsal da Agenda 21 é o conceito de desenvolvimento sustentável.

Somente após oito anos da Conferência do Rio que o Brasil apresentou seu primeiro documento oficial sobre a Agenda 21 através da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, criada em 1997, sob a coordenação do MMA. Este documento decidiu privilegiar a parte da Agenda 21 que trata das cidades e da agricultura, por entender que estes dois temas são interagentes com a sustentabilidade. No que concerne às cidades, a busca do desenvolvimento sustentável significa na prática satisfazer a melhor qualidade de vida da população traduzida em: alimento, roupa, habitação, saneamento, emprego.

Para o Brasil a importância da Agenda 21 é propiciar um plano de ação que barateia o custo do progresso, aproveita a comunidade local, as pequenas soluções e ainda descentraliza o poder. (CAMARGO, 2000).

No que tange especificamente ao empresariado nacional, ainda vigora a atitude reativa e uma ideologia de antagonismo entre a proteção ambiental e suas expectativas de lucros. Com efeito, a responsabilidade ambiental do empresariado, principalmente quando se refere ao urbano, novos loteamentos, áreas de expansão urbanas etc, restringe-se a atender normas de poluição repressivas e a elaborar EIAs/RIMAs, na maioria das vezes segundo o interesse econômico e conseqüentemente manipulados. Na realidade, o que tem logrado um relativo resultado sobre o maior ou menor respeito aos ditames ambientais são as políticas dos órgãos de regulação e a pressão da comunidade local quando devidamente esclarecida e participante, e internacional quando o fato é de maior alcance e abrangência.

O desafio da construção da sustentabilidade no Brasil é bastante complexo, pois gerir recursos ambientais, naturais ou sócios econômicos, com uma multiplicidade de atores, em função da ampla competência legislativa e administrativa do governo federal, estadual e municipal, além dos múltiplos e diversos interesses da sociedade, não é tarefa fácil.

Nesta linha, o principal desafio em Palmas será combinar seu discurso progressista e empresarial com os reclames da moderna sustentabilidade ambiental para a construção de uma real política urbana que privilegie a gestão, a planificação e o desenvolvimento centrados no homem, o principal agente de seu progresso. Principalmente porque atualmente o que se considera moderno e que deve sustentar qualquer gestão urbana passa pela assimilação da tríade: i. a cidade é de todos; ii. a cidade é para todos; iii. a cidade somos todos. (CELA, 1992)

Por isso entendemos como necessária uma rápida avaliação de quão distante ou próximo se está em Palmas de uma gestão integrada de controle territorial e urbano municipal.

O Perfil Socioambiental

Para a análise do perfil socioambiental concorrem os dados censitários do IBGE e sua espacialização. Dentre as 527 variáveis do último censo do IBGE que abrangem características dos domicílios, em especial dos domicílios particulares permanentes, bem como dos seus responsáveis, e características das pessoas, considerou-se que aquelas relacionadas às condições de moradia poderiam refletir as condições de infra-estrutura e qualidade do saneamento ambiental. Considerou-se também que a correlação de alguns indicadores selecionados referentes aos responsáveis pelos domicílios poderiam indicar sinais de inclusão ou exclusão social. Buscou-se, assim, do ponto de vista metodológico, parâmetros de comparabilidade entre os indicadores sociais com os de qualidade do ambiente, que indicariam, pela ausência de infra-estruturas sanitárias, sua adequabilidade ou não às condições da situação ambiental do local estudado. Entende-se que tais condições sociais são, a um tempo, causas e conseqüências das modificações do ambiente natural e sócio-econômico.

É importante destacar que o IBGE definiu a área dos setores censitários urbanos em função do número de habitantes – 1000 pessoas e cerca de 300 domicílios. Assim, normalmente os centros urbanos são áreas pequenas em razão da alta densidade, contrastando com as áreas maiores, de baixa densidade de ocupação tanto no interior das cidades como em setores rurais.

Da análise de algumas destas variáveis sociais presentes nos diferentes setores censitários urbanos de Palmas, alguns aspectos são enfatizados:

a) a primeira variável analisada foi a referente aos domicílios improvisados, que, segundo a definição do IBGE, ocorre quando os mesmos são localizados em unidade não-residencial (loja, fábrica etc.) sem dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupada por morador. Os prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas etc. que estavam servindo de moradia na data de referência, também, foram considerados como domicílios particulares improvisados. As maiores concentrações de domicílios improvisados (figura 1) correspondem a um máximo de 69 domicílios por setor e até 21,50% sobre o total dos domicílios. Esta situação se destaca no quadrante superior direito, nas proximidades da área do Palacinho e Palácio Araguaia. Por outro lado, é importante perceber a ocorrência deste tipo de habitação em toda a área urbana, em um percentual que transita entre 3,33 e 21,50%, sendo a única exceção a baixa ocorrência no centro.

b) a espacialização da variável cômodos no total dos domicílios particulares permanentes ratifica a situação dos setores internos às áreas urbanas consolidadas, conforme figura nº 2. O IBGE os define como quando composto por um ou mais aposentos localizado em uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco etc. Normalmente são moradias inadequadas, como as ocupações de fundo de lotes ou cômodos cedidos ou alugados dentro da residência principal. Comparando-se a localização deste indicador com o anterior, ocorre uma oposição: as áreas de menor número de domicílios improvisados correspondem às áreas de maior percentual de cômodos (9,44 a 35,74%), com ocorrências concentradas em algumas quadras.

c) a terceira variável analisada – domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitários, faz sobressair outro aspecto: os maiores percentuais situam-se exatamente em setores de urbanização dispersa, que não se constituem setores de densa ocupação, visto a superfície ocupada pelos mesmos. A figura 3 destaca toda a região oeste de Palmas, embora o eixo de urbanização sudoeste seja aquele onde ocorrem os mais elevados percentuais de domicílios particulares sem banheiro ou sanitários (49 a 69%) – um percentual extremamente elevado para uma cidade nova, planejada; e, do lado nordeste, a ocorrência deste tipo de domicílio é em menores proporções – entre 11 e 49%, aproxima-se, entretanto dos bairros Aurenly I, II, III e IV. As baixas ocorrências deste indicador, entre 0,22 e 4,50% são encontradas nas áreas mais densas.

As três variáveis analisadas anteriormente destacam as precárias condições de vida da população residente nestas áreas em Palmas. Procurou-se inferir o impacto sobre o meio ambiente local, articulando as variáveis que demonstram ocorrências precárias nas condições de habitação, e associando-as com deficiências dependentes de políticas governamentais relacionadas ao atendimento de infra-estruturas de saneamento, abastecimento e coleta de resíduos.

Das variáveis coletadas no agrupamento *características dos domicílios*, considerou-se que o abastecimento por meio de poços, a ocorrência de domicílios particulares permanentes com fossa rudimentar (a chamada fossa negra) e o lixo jogado em terreno baldio ou logradouro são as mais representativas de situações impactantes ao meio ambiente e aos recursos hídricos locais.

No que diz respeito ao abastecimento de água pela rede distribuidora, registrou-se que há crescimento da demanda, seja para consumo residencial, seja para consumo empresarial, e que há falta de atendimento especialmente nas áreas de ocupação dispersa. O serviço de limpeza urbana é realizado pela Agência de Serviços Públicos – AGESP, mas de maneira precária, como demonstram os dados censitários. Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, a rede de coleta de esgotos não atende, sobretudo, as populações localizadas fora das áreas urbanas consolidadas. Assim, destaca-se:

ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE PALMAS

Perfil ambiental urbano

Figura 1. - Domicílios improvisados

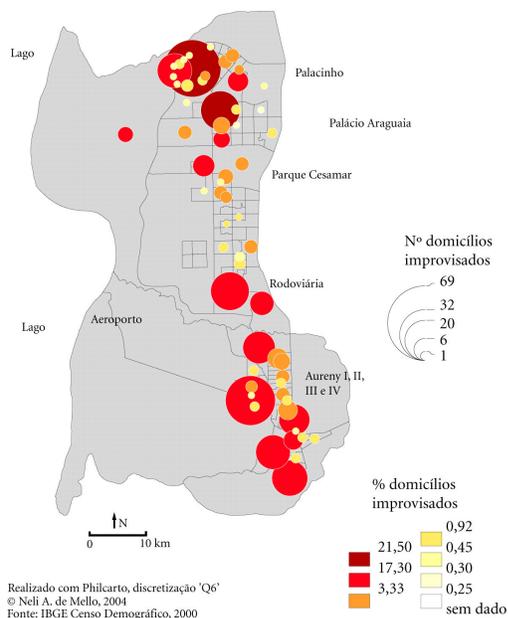


Figura 3. - Domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário

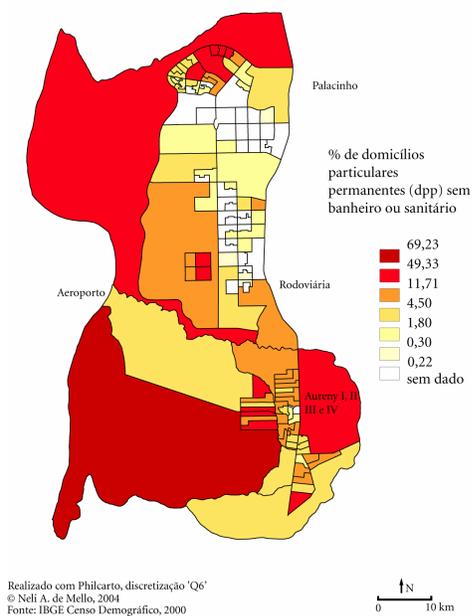
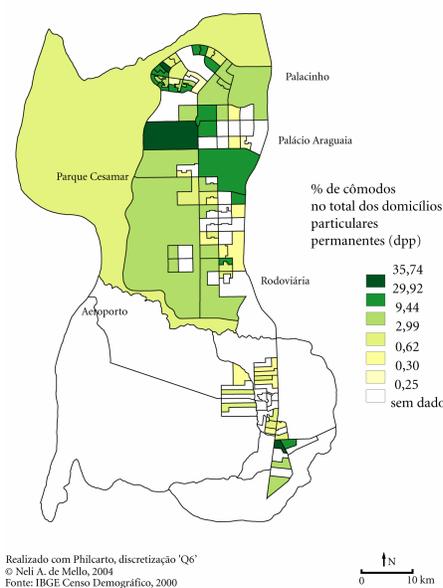


Figura 2. - Cômodos nos domicílios permanentes



d) a quarta variável, a distribuição dos domicílios abastecidos por poços está identificado por meio da figura 4, que ressalta as zonas urbanas mais periféricas do quadrante noroeste da cidade onde ocorrem os percentuais mais elevados - entre 80 e 100%. Isto pode ocasionar problemas de saúde pública se a qualidade da água não for monitorada, visto haver coincidência entre algumas zonas de abastecimento por poços e o esgotamento por fossa rudimentar. No restante da área urbana, o atendimento pela rede parece estar mais presente, pois a presença de poços para o abastecimento – entre 20 e 60%, é mais reduzida.

e) Do lado leste de Palmas, a quinta variável se refere à forte presença de fossas rudimentares - entre 40 e 99% dos domicílios - indica a reduzida presença de infra-estrutura de esgotamento sanitário. Interessante notar que em toda a área urbana existem fossas rudimentares.

f) a sexta variável se refere ao lixo jogado no logradouro ou terreno baldio, cujos maiores percentuais, de 35 a 40%, estão espacializados também em áreas de ocupação dispersa, mas, de um modo geral, os índices intra-urbanos não são elevados. O problema mais grave é exatamente a falta de lugares apropriados e/ou determinados para aterros sanitários e de usinas de processamento do lixo.

Figura 4. - Abastecimento por poços

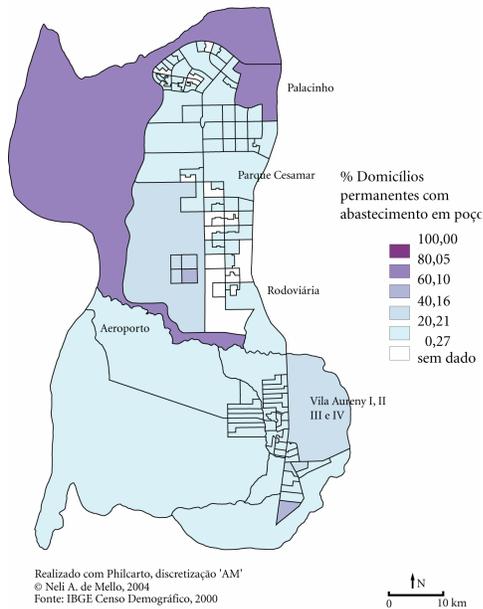


Figura 5. - Domicílios com fossa rudimentar

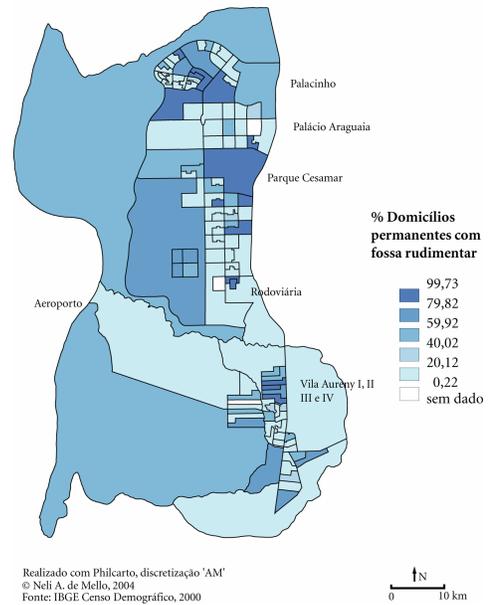


Figura 6. - Resíduos sólidos no logradouro

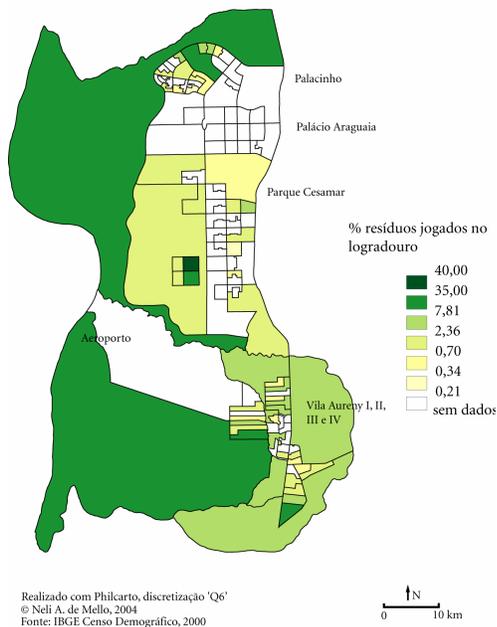
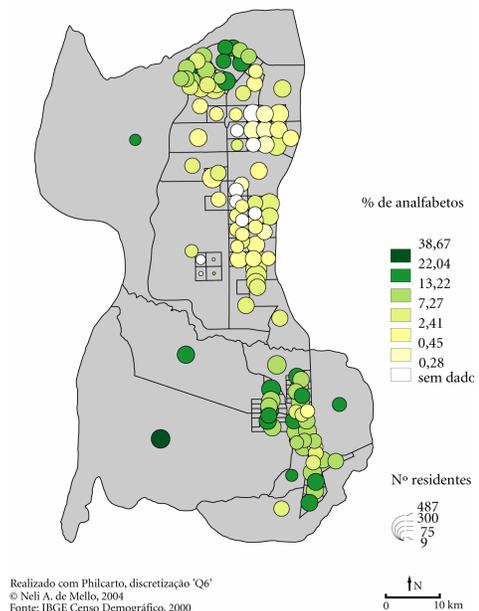


Figura 7. - Analfabetos



Condições Gerais da Oferta de Serviços Públicos

Como decorrência dos trabalhos realizados no curso I: Cadastro Imobiliário Urbano foram oferecidas algumas informações que, embora carecendo de uma análise mais rigorosa, são importantes para uma avaliação mais ampla, das condições da oferta de serviços nas Secretarias e Agências no Município de Palmas.

Considera-se que as linhas gerais norteadoras de uma nova conduta de gestão integrada devem ser delineadas do interior do corpo administrativo municipal, partir de suas vivências e conhecimentos, reforçar os seus aspectos positivos reduzir os negativos, num processo de contínua interação, para que os novos processos de conceituações e generalização possam acontecer. Isto permitiria aos atores e participantes do novo processo de gestão sentirem-se como parte da tomada de decisões, reavaliarem suas práticas e decidirem a nova direção da política de gestão urbana e municipal que se quer implantar.

A seguir traçamos um panorama das situações observadas na gestão urbana e municipal de Palmas:

Instituto de Planejamento Urbano de Palmas - IPUP

Este instituto é o mais importante das instituições locais no que se refere ao planejamento e gestão urbanos. Desenvolve suas atribuições, baseado principalmente na Legislação Ambiental Urbanística tanto de nível federal e estadual, como local.

Destaca-se a nível federal as seguintes leis: i. Lei 6766/79 e Lei 9785/99-Parcelamento do Solo; ii Lei 10.257/2001-Estatuto da Cidade; iii. Normas Técnicas da ABNT –NBR

No nível Estadual: i. Lei 906/97- Criação da APA- Serra do Lageado; ii. Lei 1224/01 – Criação do Parque Estadual do Lageado; iii. Decreto 538/98 – Criação da área do entorno da APA do Lageado.

No nível Municipal: i. Lei 058/02 e 067/03 – Macrozoneamento; ii. Lei 386/93 – Uso do Solo (Palmas Centro); iii. Lei 468/94 – PDU:P – Plano Diretor Urbanístico de Palmas; iv. Lei 045/90 – Código de Obras; v. Lei 1123/02 – Criação do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas- IPUP

O lançamento de todos os dados a serem registrados e cadastrados pelo IPUP considera o Zoneamento Urbano como base e todos os dados são espacializados, usando a Base Legal do Macro Zoneamento do Município, vigente no anexo da Lei Municipal 058/2002. Os lançamentos dos dados e informações são norteados pela Lei 468 e a Minuta do Decreto que regulamenta a aprovação de projetos urbanísticos de empreendimento.

As diretrizes da Política Urbana são reconhecidas e respeitadas e a Legislação do Macrozoneamento é parte integrante do ordenamento territorial do município.

A Base Única de Cadastros ainda é utopia, pois, não existe ainda a necessária articulação entre os órgãos municipais, havendo mesmo uma carência total de integração de informações e ações entre os mais importantes órgãos da administração territorial, a AMDU – Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano; a AGM – Advocacia Geral do Município (Patrimônio Imobiliário); a AHDU – Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Tocantins esta de atuação mais efetiva e interventora no Município e no Estado.

Experiências de integração de informações mais positivas existem entre o IPUP e a Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes; Secretaria Municipal de Obras; Agência Municipal de Trânsito e Transportes e a Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio.

No exercício da integração dos dados o IPUP produz um cadastro Imobiliário, cuja inscrição é obrigatória. Todos os dados são plotados em uma base territorial, enriquecidos com mapas, plantas, memoriais descritivos e fichas. A entrega dos registros é feita em meio digital, todavia não há ainda atualização periodizada dos dados.

No que concerne ao planejamento territorial e ao meio ambiente o Zoneamento Ambiental é absorvido pelo cadastro do IPUP, não existe ainda coordenação entre os registros dos serviços das outras instituições. Pretende-se com a implantação do geoprocessamento e construção da base de dados interativa que essas ações sejam implementadas.

O IPUP tem competência legal para a produção de informações cartográficas e cadastrais e o estágio atual é de sistematização e vinculação dos dados às bases cartográficas. A AMDU – Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano - e a Secretaria de Finanças têm registros análogos aos do IPUP.

As cartas utilizadas para geração de cartografia georeferenciada são as do IBGE e as do Exército,

todavia não há ainda a compatibilização dos trabalhos com a cartografia da União.

Os serviços de cadastro do IPUP são maciçamente utilizados pela AMTT- Agência Municipal de Trânsito e Transporte; SECESP – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes; SEMPIC- Secretaria Municipal de Produção Industria e Comércio; AMATUR - Agência de Meio Ambiente e Turismo; SEFIN – Secretaria de Finanças e também por empresários, investidores e profissionais de Engenharia e Arquitetura, sendo a Administração Pública em Geral à que mais demanda informações.

O IPUP reconhece que são sérias as limitações e necessidades no campo da gestão das informações territoriais em Palmas, e registra sua demanda sobre a necessidade da constituição de uma “chave única” para integração e fluência dos dados existentes no município e de domínio das secretarias e agências com informações passíveis de serem territorializadas em uma única base de dados. Os desafios existentes na máquina pública municipal dizem respeito às vaidades pessoais que impedem o fluxo de informações, a ausência de integração entre os órgãos que oferecem os serviços públicos e muitas vezes a apropriação indevida das informações sobre o território pelos seus agentes que se fecham em segredos e se dividem em função de seus interesses passageiros, mas que no território tomam as proporções de perenidades.

Algumas fortalezas capazes de romper esta situação foram indicadas como sendo: o trabalho em equipes multisetoriais e multidisciplinares; a capacitação continuada dos quadros de servidores e a democratização das informações.

Algumas condições foram visualizadas como possibilidades das condições anteriores: vontade política, recursos para implementação do SIG e transparência na gestão municipal. A situação das demais instituições também não é diferente, senão mais precária do que a verificada no **IPUP**.

SMPIC - Secretaria Municipal de Produção Industria e Comércio

Esta Secretaria através da Gerência de Produção e Comércio administra os imóveis e espaços públicos municipais, rurais e urbanos, explorados pelos permissionários e os disponibilizados aos empreendedores nos distritos industriais cuja atuação é implementar e incentivar o setor industrial e comercial de Palmas.

Coordena, regulamenta, normatiza e administra as bancas e quiosques do município. A atuação desta secretaria atinge também o Pólo Industrial do Município e o Distrito Industrial, o Rodo-Shopping e serviços como a assistência ao turista, no que realiza em integração com a AMATUR

O Banco de Dados desta Secretaria registra as atividades de assistência ao programa institucional do Pólo Eco Industrial e Atacadista de Palmas e o Distrito Industrial de Taquaralto.

A Gerência de Produção tem atuação principal na área rural, e é responsável pelos programas de implemento e incentivo ao desenvolvimento do setor agropecuário do município.

O Banco de Dados é específico das atividades de assistência técnica e programas de extensão rural, mas não fornece dados individuais complementares sobre as propriedades rurais, e estas informações também não permitem uma maior articulação com outras secretarias e instituições. O censo rural é um instrumento para captação de importantes informações de interesse da administração pública por disponibilizar indicadores sócio-econômicos, mas o programa está temporariamente suspenso.

O Cartão Rural é um programa que disponibiliza acesso aos insumos básicos para as atividades produtivas de produtores contemplados e que se baseia em um levantamento rigoroso sobre as condições sócio-econômicas das famílias da zona rural do município, realizada por assistentes sociais municipais todavia sua amostragem não é representativa para informações mais detalhadas.

Um exemplo de parceria na troca de informações é desenvolvido com a Secretaria Estadual da Juventude através dos programas Força Jovem do Campo e Agente de Apoio à Força Jovem do Campo.

De atuação principalmente na área produtiva agrícola, aqui se verifica a superposição de tarefas municipais com as do Estado e da União. Registra-se também a falta de continuidades nas ações pelas mudanças administrativas, falta de integração nas ações o que gera gastos públicos desnecessários devido redundância de ações. Como não há sistematização para os registros das unidades de produção verificam-se dificuldades na aferição dos dados e avaliação de resultados. Falta também uma gerência

efetiva sobre terras e espaços públicos urbanos que muitas vezes são disponibilizados para uso particular.

A zona rural está dividida em seis regiões principais: Jaú, Taquaruçu, Taquaruçu Grande, São João, Buritana e Boa Esperança. Em cada uma delas está sendo instalado um NAR-Núcleo de Apoio Rural, estrategicamente localizado próximo à escolas e postos de saúde rurais, na tentativa de facilitar o acesso dos produtores rurais à assistência técnica e aos serviços básicos de saúde e educação.

Boa parte da área agrícola produtiva do município de Palmas está localizada em áreas de expansão urbana e/ou de proteção ambiental – APA, nestas os proprietários necessitam de autorização da NATURATINS para desenvolverem suas atividades, como desmatamento e mecanização agrícola. A patrulha mecanizada da SPPIC somente efetua serviços de mecanização agrícola mediante a apresentação pelo proprietário da autorização da NATURATINS.

Nesta secretaria são evidentes as queixas quanto ao desconhecimento de ações correlatas executadas por outros órgãos, dificuldade de acesso às informações de interesse da secretaria junto aos outros órgãos da administração pública, dificuldades de planejamento estratégico e previsão de falhas nos programas executados junto à comunidade e dificuldades em avaliar os resultados dos programas e ações da secretaria.

Os gerentes de produção e técnicos desta secretaria demandam melhor capacidade gerencial das informações e uma maior e mais ampla visualização das necessidades da comunidade e construção de indicadores sócio-econômicos eficientes.

SECESP - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

O Banco de Dados é recente (2002) e controlam 32 unidades de Ensino, não existe ainda uma classificação das instituições Públicas, as conveniadas e as particulares, e abrangem as creches, as escolinhas, o Espaço Cultural, o Centro de Cultura Taquaruçu e a feira do Bosque. Não há integração entre os pares para importação de dados. Existe uma parceria com o SEDUC para manter o Cadastro Único de Matrícula cuja fonte será o histórico escolar.

Também aqui seus técnicos demandam uma integração com os demais órgãos municipais principalmente para diminuição dos custos. O seu sistema de cadastro atual registra o Sistema de Modulação de Servidores, cujas informações são atualizadas diariamente, abrange dados das unidades de ensino (escolas, creches, centros esportivos e culturais), dos professores e servidores administrativos.

Em parceria com a Prefeitura é feito um cadastro unificado de matrícula onde os alunos da rede municipal e estadual são cadastrados com atualizações periódicas feita via “internet“ nas próprias unidades de ensino. Este sistema contempla informações de dados físicos da escola, como de dados pessoais dos alunos.

SEFIN - Secretaria de Finanças

Os instrumentos legais que norteiam esta secretaria são o Código Tributário do Município que disciplina a cobrança de todos os impostos e taxas, e a Planta de Valores Genéricos que é aplicada apenas a impostos referentes aos imóveis. O Zoneamento Fiscal é que orientava o sistema de cadastro imobiliário, vigente a partir de 1993 quando a Secretaria dispunha para esse fim de 40 servidores, atualmente são somente 4 os servidores responsáveis pelo cadastro que não está atualizado e nem integrado às outras secretarias.

Atualmente com a vigência da Lei nº 058/2002 que instituiu o Macrozoneamento irão fazer uma adaptação no sistema anterior e estão em entendimentos com o serviço de Cartório de Registro de Imóveis para ajustar as ações necessárias aos registros dos imóveis. O principal usuário do sistema é a administração pública municipal, mas há dificuldades na troca de informações com as outras secretarias. Principal falha são os lançamentos incorretos e a falta de credibilidade dos usuários. Seus técnicos declararam acompanhar com preocupação o enfraquecimento de suas condições de trabalho nesta secretaria em contraposição às congêneres que capturam suas funções e lhes tiram a legitimidade para

realizarem suas funções.

AGESP - Agência de Serviços Públicos

Nesta agência a atualização dos dados é totalmente defasada. Trata mais especificamente dos serviços de limpeza urbana. A estimativa do serviço de coleta de lixo é feita através da quilometragem dos veículos e a varrição é feita através de uma escala periódica, portanto, não há uma sistematização das regiões para efeito da limpeza urbana e nem é aferida a quantidade de lixo coletada, não há controle na manutenção de vias e o serviço de coleta é terceirizado e a avaliação deste é feita por fiscais municipais. O lixo é lançado a céu aberto em áreas previamente indicadas para esse fim, e não há usinas de processamento do lixo.

AMDU - Agência Municipal de Desenvolvimento Urbano

Também aqui não há uma sistematização das informações dos serviços prestados, o cadastro é defasado e usam o cadastro da SANEATINS (Secretaria de Saneamento do Tocantins) e da CELTINS (Companhia de Energia Elétrica do Tocantins) partilhado também com o de Fiscalização de Obras e Posturas. Há uma fiscalização e coleta diária de dados com a finalidade de endereçamento e implantação de placas de sinalização. Existe uma integração com o CREA na troca de informações e estão abertos para uma integração com todos os outros órgãos da cidade, e registram uma demanda para se transformarem em Secretaria da Cidade.

AMTT - Agência Municipal de Trânsito e Transportes

Os registros dos dados são feitos por Cadastro Estatístico e IPK - índice *per capita* - para transportes de passageiros regulamentados pelos municípios, serviço de táxis, moto-táxis, transporte escolar, guarda veículos e funcional, e os boletins de acidentes, estes tem o objetivo de mapear os pontos críticos de acidentes e auxiliar na implantação de sinalização e sistemas de vigilância (radares).

O Banco de Dados já está espacializado e em concordância com o do **IPUP**. O trabalho de informações já está avançado em relação aos outros órgãos municipais.

SEMAC - Secretaria Municipal da Adolescência e da Criança

Nesta Secretaria estão sendo implantados os NAF'S – Núcleos de Apoio às Famílias - há associações de Mães Crecheiras, Morar Melhor, Centro Comunitário, Palmas Cidadã (totalmente informatizado com recursos da Prefeitura)

Falta sistema integrado de dados das famílias para cruzamento com os dados sociais, sendo necessárias visitas domiciliares para aferição de dados, registram também uma falta de integração com o sistema do Estado para convergência de políticas e ações. Já estão desenvolvendo o Banco de Dados.

Secretaria da Saúde

Aqui se ressentem de uma total desintegração do sistema de informações que são inúmeros e nos três níveis, federal, estadual e municipal, mas totalmente desarticulados. Seguem a programação do Ministério da Saúde e alimentam esse sistema para repasse obrigatório dos recursos. O cadastro de domicílios está sendo totalmente renovado e falta articulação com os demais órgãos do município. Há necessidade de cruzamentos, por exemplo, dos serviços de vigilância sanitária com o cadastro de todos os outros estabelecimentos, demandam também um cadastro de todos os cidadãos. Este cadastro possibilitaria integrar, racionalizar, e potencializar os resultados das ações da área da saúde pública com as de outras secretarias cujo público alvo tem necessidades convergentes.

AGM - Advocacia Geral do Município

Sua função é agir sobre o Patrimônio Imobiliário do Município, regularização e controle dos imóveis, fazem também o serviço de titulação de propriedades. Trabalham sem um Banco de Dados e não há controle sobre a sistemática dos serviços, não tem fiscais e demandam ações da AMDU e da AMATUR. O registro dos imóveis é feito em fichas, a digitalização é desatualizada e lenta, uma vez que dispõe de 2 servidores administrativos e três advogados. A Câmara de Valores Imobiliários é que determina os valores para a desapropriação dos imóveis, mas há defasagem de valores com os do mercado. Não detém informações sobre as áreas públicas em Taquaralto, que é um bairro em franca expansão. Neste bairro são vários os problemas de crescimento descontrolado, invasões, de ausência de titulações de propriedade com tendência a um agravamento pela atual situação de ineficiência com que trabalham nesta secretaria. Não tem condições e nem legitimidade para encaminhar à instituição competente para fazer as autuações sobre as irregularidades existentes, tais como as elencadas no início do trabalho.

AMATUR - Agência Municipal de Meio Ambiente e Turismo

O serviço de cadastro é feito pelos agentes da fiscalização. Há um cadastro das empresas existentes no município para fins de exigirem as compensações ambientais. Está em fase de montagem o SICA – Sistema de Informações Cadastrais Ambientais e estão firmando parcerias com a Naturatins, uma vez que reconhecem como necessária uma maior integração com o meio ambiente. Já desenvolvem integração com as UAS, através do Programa Habitar Brasil/BID; Programa Morar Melhor/ Saneamento e a Gerência de Educação Ambiental. E também com a Vigilância Sanitária, cuja lista de profissionais é cadastrada no SIC – Sistema de Cadastro, em implementação.

O déficit de atendimento, pela municipalidade, em relação à infra-estrutura urbana, sobretudo a de abastecimento, saneamento, disposição de resíduos, contribui para a contaminação dos solos, poluição dos recursos hídricos e podem causar problemas de saúde pública. Por outro lado, a disposição de lixo em locais inadequados, pelas instituições municipais, mesmo que jogados em área destinada para tal fim, no entanto, sem a estrutura de um aterro sanitário, prejudica as condições ambientais urbanas e gera consequências apenas à população residente.

Da observação do quadro institucional deduz-se que a situação do aparelho do estado na escala municipal em Palmas é bastante heterogênea, se por um lado se compõem de pessoas qualificadas e com importância especial por agirem no ambiente urbano, por outro, enquanto conjunto administrativo que deve ter acesso a informações de forma sistemática e acertada para o concerto final da tomada de decisões está longe de uma convergência necessária para realizar a gestão urbana integrada, com exceção da AMATUR que congrega informações de outras instituições e disponibiliza as suas, poderiam reforçar uma articulação na gestão territorial e dos problemas manifestados no perfil ambiental, a fim de lograrem melhores resultados. Esta situação revela um hiato entre o discurso oficial francamente aberto ao progresso físico e empresarial do município e a realidade vivida em sua administração municipal, esta revela um quadro de desarticulação interinstitucional que fundamenta os requerimentos e os relatos de seus representantes.

Os Cursos, Sua Estrutura e Abrangência

Dirigido ao pessoal administrativo dos setores envolvidos no planejamento e gestão territorial e urbana, foi realizado entre 28/07/2003 e 19/11/2003. Ali houve a oportunidade de oferecer-lhes conteúdo teórico-prático sobre instrumentos de gestão urbana e também receber importantes informações sobre a estrutura e funcionamento das Secretarias Municipais, Agências e demais órgãos que trabalham com a planificação territorial e a oferta de serviços urbanos e municipais, tal como foi apresentado anteriormente.

A forma de tratar os conteúdos programáticos procurou estimular a participação e acentuar o caráter da novidade no campo do conhecimento, a utilidade, a referência ao cotidiano profissional e a promoção do diálogo.

Estes conteúdos estão aqui resumidamente apresentados, com destaque ao número de participantes, os instrutores em cada modalidade ofertada e oferece uma idéia do nivelamento das informações que este contingente técnico municipal recebeu nesse período.

A gestão urbana e municipal

A primeira questão que se coloca a respeito da elaboração de Políticas e Planos de Gestão de desenvolvimento urbano e municipal é justamente encontrar o ponto de equilíbrio entre a elaboração de propostas tecnicamente viáveis e a capacidade institucional de realizá-las. Isto certamente sem considerar a necessária participação dos cidadãos afetos àquelas propostas e seus legítimos interesses. Este é outro ângulo que propositadamente não foi abordado.

Muito tem sido feito em matéria de planejamento territorial e estudos de suas (in)viabilidades. Leis, decretos, normas são exaradas e a implementação do planejamento deixa muito a desejar pelos aspectos internos às instituições que devem implementá-lo.

Elaborar planos estratégicos de desenvolvimento envolve uma participação intensa de todos os agentes envolvidos e principalmente a população alvo dos planos. Todavia o estado do “staff” administrativo é muito importante para harmonizar os legítimos interesses dos cidadãos, integrá-los com as propostas técnicas e economicamente viáveis e tornar os planos capazes de provocar impactos positivos na estrutura urbana e municipal.

Sem nos descurarmos do principal aspecto que está ligado a uma possibilidade real de se implementar o desenvolvimento urbano e municipal via uma planificação estratégica, “a vontade política”, pensamos ser igualmente importante o adequado preparo do corpo técnico administrativo que levará adiante o planejamento. Este preparo não significa apenas o treinamento em uma série de aulas, com toda tecnologia aí embutida, mas sim levar este contingente a construir uma visão sistêmica do planejamento e de todas as etapas de sua implementação e preparar uma estratégia interarticulada institucionalmente, visando todas as fases do planejamento, desde sua concepção, realização, monitoramento, avaliação e desdobramentos em processos futuros. Criar uma cultura de organização administrativa que se reflita no espaço objeto da planificação, espaço este constituído de todos os seus elementos dinâmicos e interatuantes: o homem em todas as suas realidades e estados; instituições em todas suas atribuições e funções; as empresas em suas ofertas e demandas; as infra-estruturas existentes e a serem implementadas e o meio ecológico a ser respeitado em sua constituição e sustentabilidade.

Avaliar as condições de aplicabilidade do planejamento foi uma oportunidade que se nos foi oferecida no curso citado acima.

Os cursos sua estrutura e abrangência

Os cursos embora não tendo a intenção de capacitar, no sentido da aquisição de novas atitudes ou habilidades, ou educar, no sentido da formação integral das pessoas, todavia orientou e forneceu reflexões sobre suas experiências no trabalho e que deverá induzir a uma nova prática na direção da aprendizagem social e novas condutas.

Com seus conteúdos diferentes e peculiares os cursos³ levaram a uma reflexão sobre os serviços e práticas ligadas ao controle territorial e urbano municipal dentro da nova visão do meio ambiente urbano. Ofereceu também as informações sobre as exigências legais e hodiernas de sustentabilidade ambiental e do necessário enriquecimento e apropriação deste conceito em suas práticas administrativas e na gestão urbana para o almejado impacto socioeconômico espacial.

Título do curso I: CADASTRO IMOBILIÁRIO URBANO

Período: 28/07/03 a 01/08/03

Número de cursistas: 34

Número de cursistas com frequência mínima: 26

Professores: Leonor Bertone e Cláudio Arantes

Estrutura do curso: Definições sobre Cadastros; Definição de Cadastro Imobiliário Urbano; Base Legal do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana; O Cadastro Imobiliário e os Bancos de Dados; O Cadastro Imobiliário e a Base Cartográfica; O Cadastro Imobiliário e os Sistemas de Informações Geográficas.

O curso teve caráter predominantemente expositivo, além da parte teórica. Foram apresentados, um projeto de cadastro técnico que está em fase de desenvolvimento pelo Instituto de Planejamento da Prefeitura de Palmas utilizando o SPRING (Sistema de Processamento de Informações Geográficas) e um exemplo de cadastro imobiliário utilizando o mesmo Sistema.

Título do curso II: CARTOGRAFIA URBANA

Período: 12 a 15 de agosto de 2003

Número de cursistas: 30

Número de cursistas com frequência mínima: 22

Professor: Rafael Sanzio dos Anjos

Estrutura do curso: O curso foi estruturado em dois módulos, o primeiro, de nivelamento do grupo referente aos conceitos fundamentais da cartografia para o planejamento do território e, outro que introduziu a elaboração de um laudo cartográfico-geográfico para o conhecimento e gestão do espaço e o desenvolvimento de interpretações de produtos de sensoriamento remoto para a geração de informações de diferenciadas resoluções espaciais.

Módulo 1: conceito de cartografia e sua importância como ferramenta do planejamento do território; escala; coordenadas terrestres (geográficas); coordenadas UTM; gps; sistema cartográfico internacional e brasileiro.

Módulo 2: apresentação dos princípios metodológicos de elaboração de um laudo cartográfico – geográfico a partir da interpretação de uma carta sistemática 1:100.000. Para fixação dos procedimentos utilizou-se de um extrato cartográfico correspondente a área da localidade de Palmas.

Os alunos trabalharam temas como: canais de drenagem, morfologia natural do terreno, divisores das bacias de drenagem. Em seguida foram feitas duas interpretações de imagens de satélite, uma de 1996 onde a cidade planejada já aparece com algumas quadras edificadas e o sistema viário estrutural definido, assim como aspectos da extensão da paisagem natural. A outra imagem utilizada foi de 2002, portanto, um retrato espacial recente da cidade com a sua estrutura urbana já bastante definida e com uma paisagem natural bem alterada devido à barragem e a transformação de ambientes do cerrado em espaço urbano. Esta última interpretação foi cruzada com os divisores de águas e foi possível verificar pontos de conflito de escoamento de águas, devido ao desrespeito a morfologia do terreno e a drenagem natural. Verificamos, também, uma pressão significativa sobre as matas ciliares do sítio. Os alunos fizeram uma interpretação de uma fotografia aérea colorida na escala de 1:8000 da cidade, obtida em maio de 2003. Fizeram uma identificação dos padrões de uso da terra, aspectos da morfologia urbana e uma hierarquização

do sistema viário.

Título do curso III: **PLANO DIRETOR**

Período: 08, 09, 10, 13 e 14 de outubro

Número de cursistas: 29

Número de cursistas com frequência mínima: 27

Professora: Suely Franco Netto Gonzales

Objetivos: Aquisição de conteúdos teóricos para complementar formação dos alunos para o exercício de elaboração e implementação de planos diretores urbanos; conhecimento do conjunto de procedimentos que compreendem uma metodologia para a elaboração e a revisão de planos diretores; assimilação de estratégias e de instrumentos para a eficácia e a sustentabilidade político-institucional do plano diretor.

Primeiro dia: Definição da questão urbana brasileira, em geral e da questão urbana do município de Palmas, em particular. Princípios e definições dos conceitos de planejamento, plano diretor urbano e territorial e monitoramento da sua implementação.

Segundo dia: Procedimentos para elaboração dos diagnósticos sócio-ambiental e urbanístico participativos. Atividades práticas orientadas para definição das questões urbanas locais e suas tendências. Simulação de seminário com a comunidade local.

Terceiro dia: Formulação de objetivos e diretrizes alternativas para a reorganização do território urbano. Teoria e prática sobre a aplicação dos instrumentos dados pelo Estatuto da Cidade.

Quarto dia: Análise das viabilidades técnicas, ambientais, urbanísticas, financeiras e políticos-institucionais, para a implementação dos objetivos e diretrizes alternativas propostos. Seleção dos objetivos e diretrizes, segundo os estudos de suas viabilidades.

Quinto dia: Programação e estruturação do espaço urbano, seguindo as diretrizes selecionadas: meios, estratégias e instrumentos. Conteúdos básicos de uma Lei de Plano Diretor Urbano.

Sexto dia: Estratégias e instrumentos para a eficácia do planejamento sócio-ambiental e sua sustentabilidade política. Elaboração de agenda para revisão do plano diretor urbano local.

Título do curso IV: **ESTATUTO DA CIDADE**

Período: 15/09/03 a 26/09/03

Número de cursistas: 30

Número de cursistas com frequência mínima: 22

Professores: Roberto Bassul e Alberto Alves de Faria

Estrutura do curso: 1. Evolução do processo de urbanização no Brasil; Favelização; Legalidade e ilegalidade na produção habitacional; Infra-estrutura urbana: evolução nas últimas décadas; Efeitos da densidade nos custos da urbanização (ociosidade da terra urbana edificável); Estatuto da Cidade/Histórico; Movimentos sociais urbanos; Reivindicações da sociedade civil. Legislação pré-existente. As diferentes propostas legislativas desde os anos 1960; O processo constituinte; A

tramitação legislativa do Estatuto da Cidade.; 2. Estatuto da Cidade/Conteúdo; Diretrizes gerais; Principais instrumentos: características, exigências e possibilidades de aplicação; plano diretor; gestão participativa (legislação orçamentária e plano diretor); zonas especiais de interesse social; usucapião especial; concessão especial de uso para fins de moradia; concessão de direito real de uso (individual e coletiva); parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (IPTU progressivo no tempo; desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública; direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas; estudo de impacto de vizinhança; consórcio imobiliário); garantias de cumprimento da lei.

O curso teve caráter predominantemente expositivo. No decorrer do curso, além da parte teórica, foram apresentados exemplos de aplicação dos instrumentos do Estatuto, como Plano Diretor e instrumentos constantes na legislação urbanística e foram desenvolvidos exercícios práticos de reforço dos conceitos apresentados.

Título do curso V: **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO**

Período: 08, 09, 10, 13 e 14 de outubro

Número de cursistas: 33

Número de cursistas com frequência mínima: 28

Professores: Zilda Cruvinel Abreu e Edésio Fernandes

Estrutura do curso: Histórico da ocupação fundiária no Brasil a partir do modelo mercantilista que se iniciava na Europa e que determinou o modelo colonialista de ocupação das terras “conquistadas”, influenciando o modo de produção e de distribuição do território, até os dias atuais. Importante ressaltar que este curso teve como oportunidade o aproveitamento de uma sessão de Audiência Pública para discussão de proposta de regularização de um bairro de Palmas, já consolidado. Este fato propiciou a apresentação e debates sobre as seguintes questões: o que é uma audiência pública e quais os seus objetivos? Qual é o modelo adotado? Qual a sua relação com o problema regularização fundiária e habitação?

Tal debate acentuou a importância das audiências públicas para trazerem a população para o debate e que só assim fazem sentido, não se tratando de mera formalidade jurídica. Considerou-se que a participação da comunidade deve ocorrer nas diferentes etapas dos processos sob *júdice*. Ainda, foi debatido como integrar área irregular no processo de urbanização em relação à legislação adotada para toda a cidade, e debateu-se a dificuldade de reconhecimento do já construído em contraste com as exigências do Código de Edificações em vigor.

Concluindo-se que a regularização fundiária é um processo de reconhecimento do edificado e ocupado e que não deve ser apenas uma forma de legalização de terras, e assim as medidas adotadas devem diferenciar-se de acordo com a realidade local.

Foi apresentado um projeto realizado para o programa habitar Brasil, no Acre, e debateu-se sobre o programa que vinha sendo realizado em Palmas, comparando-se os diferentes processos. Houve uma discussão ampla sobre os processos de produção do desenvolvimento urbano informal, uma sessão sobre as principais características e problemas dos programas de regularização, e uma sessão sobre o programa nacional de apoio à regularização fundiária sustentável.

Título do curso VI: Planejamento e Gestão do Patrimônio Público Ambiental

Período: 11/11/03 a 13/11/03 e 17/11/2003 a 19/11/2003

Número de cursistas: 23

Número de cursistas com frequência mínima: 18

Professores: Otto Toledo Ribas e Marta Adriana Bustos Romero

Estrutura do curso: O curso teve caráter predominantemente expositivo. Foram realizadas duas partes, a primeira com ênfase na gestão ambiental urbana e a segunda no desenho urbano. Assim foram vistos elementos de avaliação dos Instrumentos de gestão urbana frente ao desafio da construção da sustentabilidade, a dinâmica do fenômeno urbano e o planejamento urbano convencional e os instrumentos à disposição da gestão urbana. Apresentando sempre as interfaces entre a política urbana e a política ambiental, assim como a legislação ambiental e as questões relativas ao patrimônio Histórico. Foram tratadas questões conceituais e práticas – com ênfase nos problemas locais, onde os alunos foram estimulados a associar os assuntos programáticos à realidade de sua prática profissional.

Na segunda parte a ênfase foi dada ao clima urbano e a influência que o clima local numa cidade sofre pelos materiais constituidores da superfície urbana. Também foi estudada a superfície urbana é o aspecto mais rugoso que apresenta, acarretando uma maior fricção entre a superfície e os ventos que a atravessam. Ao mesmo tempo, foi estudado o fato das superfícies das edificações que atuam como refletoras e irradiadoras e que, em seu conjunto, aumentam os efeitos da radiação incidente. Este enfoque propicia uma concepção de desenho adequado ao lugar, a humanização da paisagem. Aqui foram tratadas Brasília, a urbanização e vários exemplos de equilíbrio energético urbano sempre referenciados à cidade de Palmas.

Demandas e Proposições

A realidade observada sobre a oferta dos serviços públicos em Palmas quando confrontada com a proposta de uma cidade planejada e aberta ao progresso, como um exemplo de cidade neoliberal, com o comando de suas atividades lideradas pelo empreendedorismo de seus concidadãos e do seu aparelho do estado, se revela nesta rápida análise, como um quadro desestruturado e desarticulado administrativamente para dar respostas mais eficazes a essa pretensão. Suas ações de provimento de serviços e de planejamento urbano e municipal, no modelo vigente, arcaico e viciado de administração pública baseado na inércia, comprometimento e clientelismo, não se vislumbra ainda uma nova concepção administrativa para ações mais incrementadoras do desenvolvimento social no campo da gestão.

Todavia existem possibilidades para novas condutas, pela abertura de seu pessoal administrativo, que demandam uma maior democratização e abertura de seu aparelho para revitalizarem as formas de organização da oferta de serviços públicos, e tornarem-nas mais articuladas e representativas das suas estruturas locais, estaduais e nacionais e que venham a lograr uma real democratização do território em todas as suas instâncias. Índícios dessas possibilidades são as proposições exaradas, pelos participantes do curso, como resultado da tomada de consciência coletiva sobre sua própria organização e que se abrem para uma mudança com mais efetividade, em havendo vontade política para tal.

O panorama que se construiu leva em conta o campo de ação da oferta dos serviços públicos, no urbano e no rural, dois campos que, embora com especificidades próprias a serem resolvidas, devem se interagir e se fortalecerem em função de seu foco de atuação, a municipalidade, a clientela dos serviços ofertados.

As demandas dos participantes do I Curso sobre Cadastro Imobiliário Urbano seguem aqui assinaladas:

1. Articular, integrar, compatibilizar as normas e ações da AMDU, AGM, AHDU e IPUP, para uma maior convergência das políticas e ações municipais.

2. Melhorar as capacidades gerenciais nos sistemas de informações para uma mais ampla visualização das necessidades das comunidades.
3. Compatibilizar as informações setoriais em uma mesma Base de Dados para a fruição e sistematização das operações incidentes sobre um mesmo bairro logradouro, área rural, etc.
4. Compatibilizar dados e informações provenientes dos níveis federal e estadual com as do município sempre que as ofertas de serviços forem convergentes e incidentes nas áreas da saúde, agropecuária, educação, urbanismo etc.
5. Desenvolver trabalhos na Gestão Territorial e Urbana sempre em equipes multisetoriais e interdisciplinares.
6. Desenvolver a capacitação continuada dos servidores a fim de acompanharem as demandas da municipalidade.
7. Desenvolver ações convergentes para levantamento de informações e oferta de serviços públicos na saúde, educação, lixo, transporte etc.
8. Democratização das informações e construção de indicadores de monitoramento e avaliação dos resultados das ações municipais em suas áreas de atuação.
9. Recursos humanos e materiais para implementação do SIG.
10. Transparência na Gestão Urbana e Municipal e facilitação do acesso às informações necessárias ao bom desempenho do serviço prestado.
11. Treinamento para organização interna dos órgãos municipais e para sua articulação intersetorial e desenvolvimento de parcerias.
12. Estabelecimento de parcerias para atuação da administração municipal nos pontos de intercessão de ações na cidade e no município.
13. Instrumentos para agilizar e facilitar os procedimentos internos das secretarias e agências da administração municipal e para flexibilização e agilidade nos processos em tramitação nos setores administrativos.
14. Instrumentos legais e operacionais para tornar mais efetiva a fiscalização do solo e ocupação de novas áreas.
15. Compatibilização dos instrumentos legais para normatizar os procedimentos para desenvolver o Sistema Integrado de Planejamento e Controle Territorial e Urbano Municipal.

Considerações finais

Da correlação entre as variáveis sociais espacializados nos setores censitários e os indicadores e mecanismos de gestão existentes em Palmas pode-se concluir que o perfil ambiental da cidade tende a ser o resultado tanto das deficiências de gestão local como das dificuldades de se perceber as fundamentais relações ambiente – sociedade e gestão urbana. Embora alguns dos indicadores têm sido utilizados ao longo do tempo por planejadores, os detalhes são mais bem visualizados a partir da territorialização das variáveis por unidades censitárias. Ao mesmo tempo, o cruzamento dos indicadores permite ressaltar fatores de emergência do risco: a localização de fossas negras junto a poços atinge diretamente a população. Por outro lado, a mesma emergência pode ser percebida na quantidade e qualidade da água e na intensificação dos processos erosivos. As condições do *habitat* mostram também a emergência de políticas territoriais de caráter social e demandam instituições organizadas para sua superação.

A integração de alguns instrumentos da gestão urbana no cadastro municipal facilitaria, sem dúvida,

a percepção do conjunto de ações propositivas para o planejamento territorial. Ao mesmo tempo, evitará a dispersão de recursos e ações desconectadas. Sem dúvida, o primeiro e fundamental passo da ação planejada e articulada.

Podemos, por hora, considerar as observações advindas deste primeiro contato com a equipe da Administração Municipal em Palmas como positivas, principalmente porque conseguimos identificar os aspectos que envolvem a organização municipal e seus principais entraves para a gestão territorial e urbana. Estes estão enumerados nas 15 proposições anteriores e representam o sentimento geral daqueles técnicos que participaram do curso e resultam de seus constrangimentos para bem desempenharem suas funções administrativas municipais. É também oportuno lembrar que o desenvolvimento econômico não se faz de forma automática, sob as influências propagandistas e sim com a participação de todos os agentes e gestores que convivem no espaço social.

Patente é que Palmas apesar de ser uma cidade de construção recente, arquitetura moderna e planejada fisicamente para o progresso empresarial padece dos mesmos problemas administrativos e operacionais iguais aos de qualquer outra cidade brasileira do mesmo porte. Uma das cidades da modernidade, cujo discurso é aberto para a conquista do capital privado, não se estrutura institucionalmente para a prestação de serviços, auferindo destes serviços tributos, taxaões e contribuições incidentes sobre a propriedade privada.

Palmas, portanto, não se distingue do restante do país e das cidades brasileiras. A questão da propriedade, da ausência de titulações, representa um dos mais graves problemas nacionais e locais. O crescimento das novas áreas na periferia da cidade, em percentuais mais acentuados que a própria cidade planejada, reproduz, com a mesma intensidade, o mesmo tipo de problema das cidades não planejadas.

Pensamos que os encaminhamentos para a implementação da Gestão Integrada Urbana e Municipal possam ampliar e aprofundar o conhecimento de sua realidade urbana, rural e ambiental, para a construção de um projeto integrado de Gestão.

Resulta também indispensável promover nas secretarias municipais, agências etc, a internalização das questões ambientais e sociais, em todos os níveis, para que essas dimensões sejam o ponto de partida para as políticas e ações incrementadoras do verdadeiro progresso social.

Notas

(1) A coordenação de todos os cursos aqui apresentados foi de Alberto Alves de Faria.

Bibliografia:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro. IPEA/DITUR. Brasília: IPEA. Palestra proferida em 11 de junho de 2004.
- MELLO, Neli Aparecida. Políticas públicas e consumo do meio ambiente urbano In Paviani, A. e Campos Gouvêa, Luiz Alberto. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 217-240.
- MOTTA, Diana Meirelles de. **O Padrão de Urbanização no Brasil e os Desafios da Política Urbana**.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

Trabalho enviado em agosto de 2004

Trabalho aceito em dezembro de 2004